

# PLANO DIRETOR

Regional da Região  
do Grande ABC (PDR-ABC)

pdr **ABC**



**Cláudia Virgínia Cabral de Souza** (São Bernardo do Campo) - coordenadora

**Alex Tavares** (Rio Grande da Serra)

**Dulcimara Lima** (Ribeirão Pires)

**Enio Moro Junior** (São Caetano do Sul)

**João Alberto Zocchio** (Mauá)

**José Francisco Jacinto** (Mauá)

**Lício Lobo** (Diadema)

**Ligia Gelelete** (Santo André)

**Melissa Zimpeck** (Rio Grande da Serra)

**Paulo Massoca** (São Bernardo do Campo)

**Regina Galante** (Diadema)

**Reinaldo Bascchera** (Santo André)

**Sandra Teixeira Malvese** (Consórcio Intermunicipal)

**Simone Monteiro** (Ribeirão Pires)

**Vladimir Guirado** (São Caetano do Sul).



**Jeroen Johannes Klink** - coordenador

**Luciana Travassos**

**Maria de Lourdes Pereira Fonseca**

**Sílvia Helena Passarelli**

**Jeferson Tavares**

**Laisa Stroher**

**Leonel Sampaio**

**Renata Ferreira**

**Tatiana Albuquerque**

**Guilherme Frizzi**

**Leandro Sorrenti**

**Renata Ferreira**

**Rogério Aguiar**

**Tatiana Peixoto**

# PLANO DIRETOR

---

Regional da Região  
do Grande ABC (PDR-ABC)





**NOVAS PERSPECTIVAS PARA A GOVERNANÇA METROPOLITANA:  
O PLANO DIRETOR REGIONAL DA REGIÃO DO GRANDE ABC E O PDUI  
(PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO).**

*Em 9 de janeiro de 2015, a Universidade Federal do ABC e o Consórcio Intermunicipal Grande ABC celebraram um Termo de Colaboração Técnico-Científico (TCTC nº 01/2015) com o objetivo de fortalecer a capacidade do Consórcio de executar, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Plano Plurianual Regional e de projetos de pesquisas em conjunto, entre outros objetivos. O subprojeto 1 do referido Termo de Colaboração tem como objetivo principal contribuir com pesquisas e análises aplicadas para a discussão e elaboração de um Plano Diretor Regional inédito para a região do Grande ABC. Com duração de 16 meses entre outubro de 2015 e fevereiro de 2017, estão previstos os seguintes produtos:*

- 1. A elaboração de um diagnóstico territorial (entregue em 30 de março de 2016);*
- 2. O mapeamento de oportunidades para a governança territorial colaborativa, culminando na organização de um **Seminário Internacional**;*
- 3. A elaboração de cenários e tendências (economia, estruturação urbana, meio ambiente);*
- 4. A negociação e definição dos eixos temáticos regionais;*
- 5. A elaboração de uma primeira versão do Plano Diretor Regional, incluindo propostas e diretrizes para a coordenação dos instrumentos de planejamento e gestão do território regional.*

*A seguir, será apresentado um breve resumo do diagnóstico recém-elaborado pela equipe do Plano Diretor Regional do ABC (PDR-ABC), destacando quatro tópicos: economia regional; estruturação urbana; sustentabilidade e meio ambiente; e regulação.*

## **Economia Regional**

---

O ABC Paulista vem desde os anos 1970 perdendo plantas industriais para outras regiões, principalmente municípios localizados ao longo do eixo Anhanguera-Bandeirantes, a oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). A partir dos anos 70, a economia regional passou por um ponto de inflexão na sua trajetória de desenvolvimento em função das chamadas deseconomias de aglomeração (congestionamento; poluição ambiental; falta de terrenos etc.) e também considerando o aumento da atratividade do interior do Estado de São Paulo, que proporcionava disponibilidade de terrenos e infraestrutura e uma agressiva política de isenções fiscais. Nos anos 1990, a crise econômica se agravou em função do rebatimento do processo de abertura macroeconômica sobre a região, culminado na desestruturação das suas cadeias produtivas, no aumento do desemprego e na crescente informalidade no mercado de trabalho.

Mais recentemente, os terrenos ainda disponíveis para a indústria na área consolidada são disputados em função do transbordamento da nova dinâmica imobiliária da capital para a região do Grande ABC.

O segmento de “serviços avançados” continua atrofiado, pagando, em média, baixos salários. Além disso, a proximidade com a capital (com sua oferta imensa de serviços especializados de todos os matizes) traz dificuldades para o florescimento de determinados ramos dos serviços no ABC.

Ao mesmo tempo, a região apresenta um arcabouço de governança regional que culminou na constituição do Consórcio Intermunicipal e da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, que desencadearam uma série de iniciativas em torno do fortalecimento da economia regional. Neste sentido, destaca-se a articulação entre os municípios em torno da criação de um polo tecnológico regional (conceito “parque-rede”), contando com territórios e empresas de todos os municípios da região. A presença do Rodoanel, que inclui saídas na fronteira Mauá-Ribeirão Pires (já existente) e Ribeirão Pires-Suzano (projetada), também representa oportunidades para a região, que já vem atraindo algumas indústrias e estabelecimentos correlatos por conta de vantagens logísticas.

## **Estruturação Urbana**

---

O Grande ABC constitui-se numa região integrada e compacta em razão das características do seu sítio geográfico, da presença de recursos naturais (com as áreas de mananciais) e do intenso processo de urbanização ocorrido a partir dos anos 1950, cujos eixos ferroviário, rodoviário e viário exerceram a função da articulação entre suas centralidades. Contudo, esses eixos não agregam outras funções além daquela de passagem pela metrópole, condição que ainda mantém, em certa medida, o ABC como um local de transição e que reforça a ideia de entreposto constituída historicamente pelo pouso entre o planalto e o litoral.

As principais vias que interligam os municípios do ABC constituem-se em importantes corredores metropolitanos e regionais, concentram serviços e atividades comerciais e industriais nessa escala e direcionam os investimentos e o adensamento populacional. Ao mesmo tempo, são corredores pouco aprazíveis ao pedestre e ao fomento de atividades cotidianas porque têm fraca ligação com o entorno, não dispõem de qualidade de ambiente urbano (grandes glebas, poucos quarteirões), não oferecem segurança aos seus usuários e muitas vezes seccionam o tecido urbano e impedem condições adequadas de parcelamento do solo que propiciem usos diversificados nas diferentes escalas (metropolitana, regional e urbana).

Além disso, os eixos existentes em área de manancial são objeto de ações de planos de mobilidade (regional e locais), enquanto os novos eixos a serem implantados para atender os polos econômicos e parques tecnológicos propostos também contemplam as áreas de manancial. Em ambos os casos, a falta de uma política de mobilidade integrada com uma política de uso e ocupação do solo pode provocar danos irreversíveis sobre uma área já ambientalmente frágil.

De maneira geral, os principais eixos do Grande ABC (Arco Metropolitano, Corredor ABD, os eixos às margens dos principais cursos d'água e os eixos em mananciais, incluindo as rodovias e ferrovia) necessitam de políticas integradas entre mobilidade e uso e ocupação do solo para proporcionar o devido adensamento articulado às oportunidades de emprego e qualidade de vida na escala urbana.

Há certa fragilidade na integração da política de uso do solo com a de transporte no sentido de direcionar os maiores índices de adensamento, mistura de usos e a reserva de áreas para construção de habitação de interesse social ao longo dos grandes eixos de circulação e de transporte público, capazes de fixar a população nos locais mais dotados de infraestrutura urbana e, dessa forma, equilibrar a distribuição de moradia e emprego e acesso aos serviços. As diretrizes do Plano Regional de Mobilidade, elaborado pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC, foram ainda pouco apropriadas pelas Prefeituras Municipais nas novas proposições e normativas de uso do solo que, muitas vezes, desconsidera a importância regional de algumas vias.

Apesar de o ABC historicamente ter se constituído como local de passagem entre o litoral e o planalto, pelo alto grau de urbanização e conurbação dos municípios – com exceção de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra – resulta numa região urbanizada com intensos fluxos de pessoas e atividades. Mais estudos devem ser realizados para avaliar em que medida a recente produção imobiliária ocorrida na região tem sido direcionada para atender moradores que mantêm vínculos de empregos na capital, especialmente em São Caetano do Sul e em Diadema, assim como nas áreas próximas à ferrovia – que funciona de forma integrada com o metrô de São Paulo. Essa questão pode sobrecarregar, ainda mais, os sistemas viário e de transporte. Dessa forma, melhorar a mobilidade no ABC – internamente e em relação à capital – representa uma importante agenda para o planejamento regional.

O ABC apresenta uma estrutura policêntrica, com hierarquias bem definidas, sem depender de um único centro de oferta de empregos e serviços. No entanto, é necessário destacar que há desequilíbrios no interior desta rede em termos de diversidade e qualidade de cada uma dessas áreas, especialmente as de bairro, e também de requalificação de seus espaços públicos.

## Sustentabilidade e Meio Ambiente

---

A agenda socioambiental reforça a necessidade e a oportunidade de articulação entre os municípios no âmbito do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Duas questões são de vital importância para a recuperação ambiental e para a produção e manutenção dos serviços ecossistêmicos: os processos de mudança de solo nas áreas com maior infraestrutura e o desenvolvimento das áreas sob proteção ambiental para a produção de água.

A mudança de uso do solo nas áreas com maior infraestrutura tem redundado, paradoxalmente, em menores densidades populacionais e na diminuição ou manutenção das baixas taxas de vegetação intraurbana. Ou seja, há substituição de tipologias edilícias que não se convertem em melhores condições ambientais. Mais que isso, essa substituição, produtora e produto de valorização imobiliária, tem levado a população de mais baixa renda para os limites da mancha urbana, o que tem conformado setores de altíssima densidade, gerando pressão pela ocupação de novas áreas por extensão da mancha urbana e tudo o que isso significa em termos urbanos e ambientais: necessidade de expansão das redes de infraestrutura, ocupação de áreas de risco e áreas frágeis do ponto de vista ambiental, entre outras questões.

Por outro lado, essa pressão está contida pelas Áreas de Proteção e Recuperação aos Mananciais (APRM), que, com pouquíssimos instrumentos e sem definir uma vocação para o território, têm sido relativamente eficazes em proteger os serviços ecossistêmicos, em especial a produção de água para o abastecimento, essencial para a manutenção das atividades sociais e econômicas da RMSP. No entanto, sem que se pense o desenvolvimento sustentável dessa região, com usos consultivos e valoração de seus ativos ambientais, é possível que a expansão para essas áreas continue, em especial, a urbanização dispersa, que fragmenta o território e pode induzir a maiores taxas de ocupação.

## Regulação

---

Se, de um lado, não se evidenciou no caso da região do Grande ABC um padrão claro de guerra de índices entre os municípios, de outro, os municípios deixaram de aproveitar o boom imobiliário no sentido de articular uma estratégia de coordenação intermunicipal em torno da redução dos coeficientes de aproveitamento e da captação da valorização da terra sem sofrer a ameaça de saída de empreendedores imobiliários de uma cidade para outra. A equipe do PDR-ABC verificou a existência de um verdadeiro caleidoscópio de instrumentos de regulação na região do ABC (e na região metropolitana de São Paulo) sem direcionamento estratégico, o que comprometeu a constituição de um projeto regional-metropolitano estruturado em torno do ideário do uso e ocupação do solo urbano como função pública de interesse comum, elemento estruturante para garantir a função social da propriedade na metrópole.

Além disso, o diagnóstico encontrou diversas rupturas e incompatibilidades na regulação entre os municípios, por exemplo, na coexistência de usos potencialmente conflitantes e coeficientes de aproveitamento discrepantes (baixos e altos) nas áreas fronteiriças, o que pode desencadear aumentos desnecessários no ritmo de área de expansão na direção das APRM.

Por fim, a estratégia de regulação urbanística e ambiental deixou de dialogar com os grandes programas e projetos de investimentos. Nota-se a ausência de um projeto de regulação regional com vistas a conciliar indução ao adensamento populacional e promoção de maior equilíbrio social nas localidades onde se concentram (ou concentrarão) investimentos – como as principais centralidades, eixos viários priorizados pelos Plano de Mobilidade e a área da operação urbana consorciada Centro em São Bernardo do Campo, entre outros. Uma proposta nesse sentido seria fundamental para inverter a tendência em curso de concentração populacional nas áreas limítrofes com as áreas de proteção de manancial (ou sobre estas). Outros investimentos na mobilidade (macro) metropolitana anunciados, tais como a linha 18-Bronze do metrô e a conexão entre o ABC e o Aeroporto de Guarulhos, também devem ser objetos prioritários do ponto de vista de uma regulação compartilhada do solo urbano.

O próximo tópico tratará dos recém-criados instrumentos para a elaboração de planos regionais metropolitanos de desenvolvimento integrado, e de documentos recém-publicados pelas instituições do Estado de São Paulo – destacando a forma como o ABC Paulista é apresentado neste material.

### **O ESTADO DE SÃO PAULO, O PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO E O PLANO DE AÇÃO DA MACROMETRÓPOLE**

O Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015) determina que estados e municípios devem elaborar em conjunto o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), aprovado por lei estadual. As regiões metropolitanas e aglomerações urbanas devem construir seus PDUI, e estabelecer (Art. 12):

- I. as diretrizes para as funções públicas de interesse comum, incluindo projetos estratégicos e ações prioritárias para investimentos;
- II. o macrozoneamento da unidade territorial urbana;
- III. as diretrizes quanto à articulação dos Municípios no parcelamento, uso e ocupação no solo urbano;
- IV. as diretrizes quanto à articulação intersetorial das políticas públicas afetas à unidade territorial urbana;
- V. a delimitação das áreas com restrições à urbanização visando à proteção do patrimônio ambiental ou cultural, bem como das áreas sujeitas a controle especial pelo risco de desastres naturais;
- VI. o sistema de acompanhamento e controle de suas disposições.

O Artigo 12 do Estatuto da Metrópole assegura ainda “a promoção de audiências públicas e debates com a participação de representantes da sociedade civil e da população, em todos os municípios integrantes da unidade territorial urbana”. Tal processo começa neste momento a entrar em curso na RMSP.

Em 2015, a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. (Emplasa), ligada à Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano do Estado de São Paulo, publicou o Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM). O projeto aponta a necessidade de indução e fortalecimento de novas centralidades, externas ao centro expandido, tanto nos municípios que já apresentam mercado de trabalho dinâmico, a exemplo do ABC e de cidades como Guarulhos, Osasco e Barueri, quanto em áreas densamente ocupadas. O PAM aponta ainda que o planejamento do desenvolvimento territorial e dos transportes deve ser integrado, tendo em vista o forte efeito indutor que a estrutura de transporte de alta e média capacidades – trajeto das linhas e estações – pode produzir na criação de novos centros na RMSP.

No componente de análise do setor produtivo, o ABC aparece no PAM como importante polo industrial da metrópole, com uma significativa porção do território ocupada por este setor produtivo. O ABC é apresentado como uma região que concentra plantas industriais com alta intensidade tecnológica, nas quais existem previsões de inúmeros investimentos, tais como: ampliação de estruturas físicas, aquisição de equipamentos, modernização de plantas, novos produtos, novos processos de engenharia, ampliação da capacidade produtiva e também do sistema de logística. Aponta-se, neste diagnóstico, que essas intenções sinalizam desdobramentos futuros positivos para o cenário pós-crise e confirmam a importância desse parque automotivo na região. A região do ABC também apresenta importantes índices de geração de emprego, segundo o diagnóstico da Emplasa (2015), sendo, juntamente com o município de São Paulo, a região que mais contribuiu para a geração de emprego entre 2003 e 2014. Apesar do total de 2,8 milhões de empregos formais criados neste período na RMSP, 64% ocorreu no segmento de serviços e o menor percentual foi observado na indústria, com 5,2%.

No entanto, esta perspectiva de importância da região não vai se confirmar na apresentação de cenários e carteiras de projetos apresentadas pelo PAM (2015). Tampouco, o ABC aparece como destaque no chamado

Vetor de Desenvolvimento Região Metropolitana de São Paulo que, segundo o estudo, abrange o território da Região Metropolitana de São Paulo. Nos mapas apresentados, o território do ABC está em parte no “Vetor de Desenvolvimento da RMSP”(parte interior ao Rodoanel), e parte no “Vetor de Desenvolvimento Caminho do Mar” (exterior ao Rodoanel), sem destaque para sua importância no cenário de desenvolvimento destes vetores. Assim, e por sua quase ausência na carteira de projetos, não é exagero afirmar que o ABC aparece no PAM sobretudo como local de passagem entre o planalto e litoral.

Ao elencar o sistema de logística da macrometrópole, destacando o “Vetor Corredor de Exportação” que abrange as ligações entre os centros logísticos, as vias e os modos de transposição da Serra do Mar(para carga e passageiros) em direção aos acessos do porto de Santos, a região do ABC aparece apenas como território ultrapassado por sistemas rodoviários. Os cenários apresentados para os sistemas de logística do PAM não superam, nem propõem novas soluções, além das atuais características dos sistemas de eixos metropolitanos (ferroviários e rodoviários) que não agregam outras funções além daquela de passagem pela metrópole.

No entanto, o diagnóstico do PDR do ABC aponta que as principais vias que interligam os municípios do ABC constituem-se em importantes corredores metropolitanos e regionais, concentram serviços e atividades comerciais e industriais nessa escala e direcionam os investimentos e o adensamento populacional. Estas características registradas por este diagnóstico apontam para possibilidade de exploração deste potencial para criação de eixos metropolitanos de desenvolvimento para além de eixos de passagem entre planalto e litoral.

O PAM adotou um foco ligado à sustentabilidade da macrometrópole baseado nos conceitos de preservação e recuperação de espaços provedores de serviços ecossistêmicos, articulados à perspectiva de utilização sustentável dos espaços protegidos e considerando o aparato legal existente. Neste sentido, apresenta propostas de ações visando “garantir a aplicação de instrumentos de planejamento e gestão ambiental

no território da macrometrópole, com destaque para a legislação de proteção e recuperação dos mananciais, em especial, os Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) da Billings (conforme proposto na Agenda Metropolitana do ABC, de 2011) e da Guarapiranga”.

Ao que parece, a região se configura no cenário proposto como uma área voltada à preservação ambiental, para a produção de recursos hídricos para a RMSP, dentro do cenário de necessidade de previsão de segurança hídrica, e não aparece com foco daronos projetos de desenvolvimento econômico da região metropolitana. A análise acentua preocupação com a concentração de assentamentos precários que fazem pressão sobre as áreas de proteção, apontando a necessidade de urbanização da área. No entanto, não apresenta como deverá ser a reconfiguração do sistema de produção hídrica na metrópole e tampouco apresenta caminhos na direção de um projeto de desenvolvimento sustentável orientado para aumentar a qualidade de vida da população na região.

Os documentos apresentados pela Emplasa tampouco tratam das dinâmicas imobiliárias na metrópole. O aprofundamento da reflexão sobre tal questão é fundamental para a reflexão sobre as perspectivas futuras de emprego, habitação e mobilidade na RMSP.

Quanto às grandes obras estruturantes, não fica claro nenhum projeto específico de desenvolvimento da região do ABC (ou de qualquer outra sub-região da RMSP) na carteira de projetos apresentado no PAM.

O ABC tem seu território cotado para receber (ou ser parte de):

- Plataformas logísticas (uma delas é um porto seco já existente em Santo André) – projetos além disso considerados de baixa prioridade;
- Hidrovia metropolitana (interligando a Bacia da Billings às bacias da Guarapiranga e Alto Tietê);
- Ferroanel metropolitano (cujo entroncamento no ABC seria provavelmente em Ribeirão Pires)

Há, por fim, a indicação de nova rodovia e ferrovia que deverão ligar o Planalto ao Porto de Santos, mas passando por Mogi das Cruzes, em área limdeira ao território do ABC.

## 25 ANOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC

### Os desafios do Crescimento

Ao completar 25 anos de sua fundação, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC atravessa um período marcado por grandes desafios, que em boa medida têm relação com o contexto de seu surgimento. Se naquele momento o desafio era a estruturação de uma entidade ousada e inovadora dentro do federalismo brasileiro, o presente – e o futuro – apresentam o crescimento da escala de sua atuação como um objetivo estratégico.

Tal objetivo vem sendo perseguido sistematicamente desde a transição para a figura do consórcio público, no biênio 2009/2010, avançando muito além do fortalecimento institucional junto aos governos federal e estadual que caracteriza fortemente a instituição. Assim é que no último triênio o Consórcio busca estabelecer uma nova agenda metropolitana e se fortalece para exercer um novo papel, com a estruturação de planos regionais para uma série de políticas públicas, e mirando a execução de projetos de alto impacto para o desenvolvimento da região.

Um exemplo dos mais significativos está na elaboração do Plano Regional de Mobilidade e na habilitação regional para o recebimento de recursos oriundos do PAC Mobilidade, destinados aos municípios e ao próprio Consórcio. Esse processo antecede a construção do Plano



Santo André  
Vila de Paranapiacaba  
Foto: Miguel Denser - PSA

Plurianual Regional Participativo, que passa a orientar as prioridades regionais no quadriênio 2014/2017, em sintonia com o Ministério do Planejamento em âmbito federal. O avanço em cada um dos programas então definidos se dá a partir de 2014, com destaque inicial para a priorização do programa regional de redução de riscos e a remoção de 630 moradias em situação de risco iminente nos municípios consorciados.

Ao mesmo tempo, é demarcada pela elevação dos recursos próprios destinados pelos municípios ao Consórcio, bem como a aprovação pela Assembleia de Prefeitos e pelas sete câmaras legislativas municipais do projeto de lei que permite a ampliação do quadro de servidores do Consórcio, buscando reforçar sua capacidade técnica.

No que diz respeito ao Plano Regional de Mobilidade, o desafio presente é a autorização e concretização das obras aprovadas nos municípios, abrindo caminho para a futura captação de recursos destinada aos demais eixos viários considerados. No que corresponde diretamente ao Consórcio, trata-se de preparar 21 novos projetos de obras no viário regional, além de se realizar o projeto também pioneiro do Centro de Controle de Operações (CCO), um centro de monitoramento regional. Essa proposta corresponde também ao desafio de avançar na integração operacional e tarifária de um sistema de transporte efetivamente metropolitano, ainda hoje ausente na Grande São Paulo.

Outro desafio do período contemporâneo é a execução do Plano Plurianual Regional Participativo, cuja vigência inicial vai de 2014 a 2017, e que deve ser então revisto em consulta à população. Vale aqui destacar o significado do plano plurianual, especialmente em seu papel orientador das ações e dos investimentos do Consórcio, buscando um diálogo cada vez maior com a população e atravessando as fronteiras de cada cidade.

Do ponto de vista programático, o Plano Plurianual Regional foi definido a partir de cinco macrodesafios priorizados pela atual Assembleia de Prefeitos: a melhoria da infraestrutura regional, a qualificação do desenvolvimento urbano e da gestão ambiental, a diversificação do desenvolvimento econômico regional e a promoção da inclusão social e dos direitos humanos, além do fortalecimento institucional da entidade e dos consórcios públicos no país.

A partir daí a definição dos 11 programas estruturantes da atuação do Consórcio: mobilidade, drenagem, gestão dos resíduos sólidos, redução de riscos urbanos e ambientais, habitação, segurança urbana, desenvolvimento econômico e turismo, saúde, educação/cultura/esporte/lazer, políticas sociais e afirmativas, gestão e desenvolvimento institucional. Dentro desses programas estão 63 ações que orientam as prioridades regionais. A elaboração de planos regionais temáticos se destaca entre essas ações priorizadas, começando pelos planos regionais de drenagem, resíduos sólidos, redução de riscos e melhoria da educação.

As transformações verificadas no seu primeiro quinquênio enquanto consórcio público carregam as marcas originais da entidade: a base no consenso, o foco nas questões regionais de relevância, a representação e capacidade de diálogo com os governos estadual e federal. Porém, amplificam o alcance da atuação da entidade regional, em especial para a execução de projetos de alto impacto, ao mesmo tempo em que refletem os próprios desafios para a maturidade dos consórcios públicos. Aqui, o destaque é o caráter voluntário dos consórcios públicos para múltiplas iniciativas no âmbito do associativismo territorial, e o papel fundamental que devem assumir no campo das relações intergovernamentais e na estruturação efetiva de novas governanças metropolitanas.



São Bernardo do Campo  
Polo Ecoturístico Caminhos do Mar  
Foto: Secom - PMSBC

É nesse sentido, vale dizer, que se orienta também a atuação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC no âmbito da Região Metropolitana de São Paulo, buscando também articular os interesses dos demais consórcios públicos existentes na Grande São Paulo, e exercer um papel protagonista nos debates e na condução de planos de interesse metropolitano. O exemplo mais avançado desse processo foi à decisão de se elaborar diretrizes para um Plano Diretor Regional, que orientem a participação do Grande ABC no debate e na definição de um plano de caráter metropolitano, com perspectiva também multitemática.

Em síntese, os próximos anos de atuação do Consórcio colocam desafios que podem ser compreendidos em dois campos interconectados: o político-institucional e o técnico-gerencial. No campo político-institucional se colocam, além do protagonismo na governança metropolitana, a necessária abertura de novas frentes de ação dando ainda maior concretude à Lei dos Consórcios Públicos, bem como a possibilidade de estruturar operações de financiamento em caráter regional, ou a captação de recursos de organismos internacionais e multilaterais.

No campo técnico-gerencial, o principal desafio é o próprio cumprimento do primeiro PPA Regional Participativo, com a execução das ações definidas, e a sequência desse processo no quadriênio 2018/21. Para tanto, o fortalecimento da capacidade técnica da entidade permanece como uma questão central para o avanço da entidade na gestão dos projetos de alto impacto regional, trazendo ao tempo presente e ao futuro imediato as necessidades já destacadas pelo primeiro presidente da entidade, o prefeito Celso Daniel, sobre a estrutura própria do Consórcio no contexto da virada de século, e sobre a fundamental presença de gestores e técnicos dos municípios nas suas instâncias de elaboração e deliberação.

Nesse sentido, caberá aos atuais e futuros prefeitos conduzir a entidade nos rumos apontados ao longo do período 2010/2015, para que se amplie o seu papel histórico na região, com ainda maior ousadia e inovação em seu modelo de gestão compartilhada.

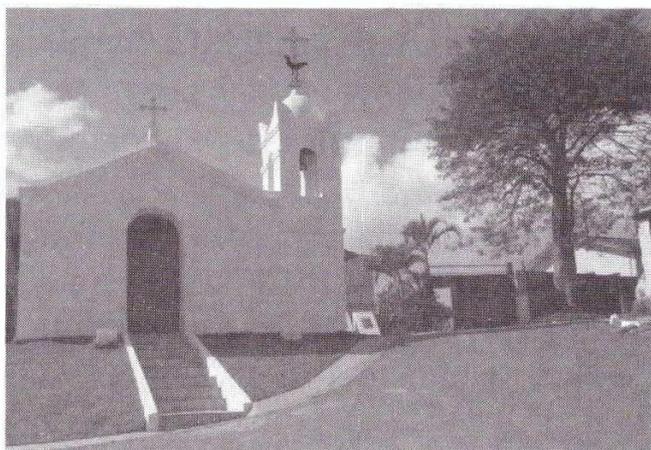
## A HISTÓRIA

### Da inspiração à realidade

Somar forças entre os prefeitos das sete cidades, além de articular junto às esferas federal e estadual, para alcançar os objetivos comuns da região. Essa foi a inspiração dos prefeitos fundadores da entidade, ao criarem o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, que nasceu com o nome de Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings e foi instalado em 19 de dezembro de 1990, tendo como primeiro presidente o prefeito de Santo André, Celso Daniel.

Criado como associação civil de direito privado, o Consórcio teve papel decisivo em conquistas para o Grande ABC, que compreende a Região composta pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. A estrutura participativa e democrática da entidade foi fundamental para que o Consórcio enfrentasse desafios ligados a diferentes setores, sempre combinando desenvolvimento regional e inclusão social.

O primeiro tema de preocupação dos municípios, que deu origem a uma ação articulada pelo Consórcio, foi o problema da destinação inadequada dos resíduos sólidos. Em 1994, mais um passo nessa construção coletiva se deu com a criação do Fórum da Cidadania do ABC, reunindo entidades e lideranças da sociedade civil que se uniriam ao Consórcio em 1997 para constituir a Câmara Regional do ABC.



Rio Grande da Serra  
Capela de São Sebastião  
Foto: Divulgação - PMRGS

Esse fórum de múltiplos debates resultou em diversos acordos regionais, e marcou significativamente a entidade ao afirmar sua abrangência temática pela criação dos eixos estratégicos e grupos de trabalho que ainda hoje pautam a organização de suas atividades. Iniciativa pioneira, a Câmara articulou diferentes atores políticos regionais e o governo estadual, à época sob o comando do governador Mario Covas, visando trilhar novos rumos para o desenvolvimento do Grande ABC.

A criação da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, em 1998, focou especialmente na reestruturação da economia regional em uma década marcada pela grave crise do setor industrial: basta lembrar que entre 1990 e 1999 a redução de postos de trabalho na indústria brasileira superou a marca dos 27%, afetando significativamente a região.



Mauá  
Parque Ecológico Gruta de Santa Luzia  
Foto: Roberto Mourão - PMM

**Articulação e cooperação federativa** ————— ➤ ➤ ➤ ➤ ➤ ➤ ➤ ➤ ➤ ➤

A partir de parceria com o Governo do Estado de São Paulo, foram realizados importantes projetos como o Plano Diretor de Macrodrenagem, que resulta na rede de piscinões constituída na região; a construção do Hospital Regional Mário Covas (Santo André) e do Hospital Regional Serraria (Diadema), a implantação das FATECs em Santo André, Mauá, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, o Movimento Criança Prioridade 1, o Projeto Alquimia de Qualificação Profissional para a Indústria do Plástico, e posteriormente, as discussões para a elaboração do projeto do Trecho Sul do Rodoanel.

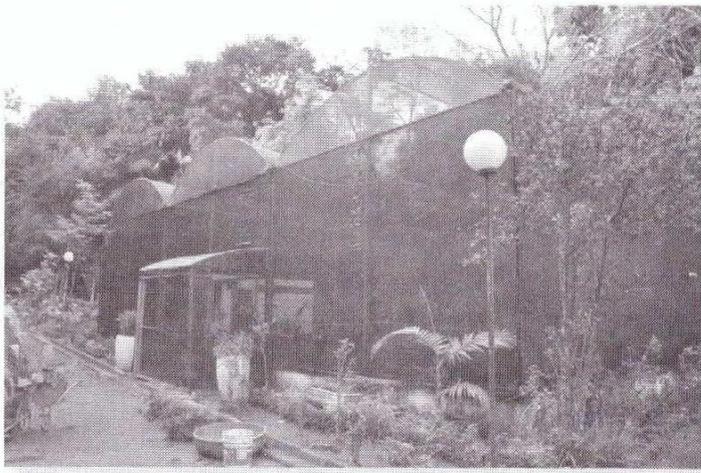
Já por meio de parceria com o governo federal, a região desenvolveu importantes programas como o Plano Territorial de Qualificação Profissional, Brasil Alfabetizado, Tempos de Paz nas Escolas, e o fortalecimento das Políticas de Gênero e Igualdade Racial. Também foi a partir da Carta do ABC, encaminhada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, que se concretizaram as medidas necessárias à expansão do Polo Petroquímico de Capuava, à criação e instalação da Universidade Federal do ABC e à liberação de recursos para as obras de instalação da rede de coletores-tronco na Região.

Além disso, um grande avanço naquele momento foi a aceitação da proposição regional que levaria à aprovação da Lei dos Consórcios Públicos pelo Congresso Nacional, em 2005.



Ribeirão Pires  
Capela Nossa Senhora do Pilar  
Foto: Gabriel Mazzo - PMETRP

Na área das políticas sociais e afirmativas, cabe destacar a criação do Programa Casa Abrigo Regional, cujo trabalho prestado desde 2003 às mulheres em situação de violência doméstica foi premiado com a “Medalha Ruth Cardoso”, do Conselho Estadual da Condição Feminina em 2015, e com o “III Prêmio Chopin Tavares de Lima”, do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal em 2011. A Casa Abrigo conta atualmente com duas residências na região, voltadas ao atendimento simultâneo de 40 mulheres e seus filhos, tendo abrigado mais de 1.700 pessoas desde sua criação.



Diadema  
Borboletátio  
Foto: Ronaldo Lima - PMD



São Caetano do Sul  
Espaço Verde Chico Mendes  
Foto: Divulgação - PMSCS

**A transição para consórcio público** —————>>>>>>>>>>

Em 8 de fevereiro de 2010, foi conduzida a transformação da entidade em Consórcio Público para se adequar às exigências da Lei Federal nº 11.107/2005, passando a integrar a administração indireta dos sete municípios consorciados e ampliando sua legitimidade para planejar e executar ações de políticas públicas de âmbito regional. Após um trabalho de aperfeiçoamento de sua estrutura interna e do 2º Planejamento Estratégico Regional 2011/2020, o Consórcio avança para se consolidar como referência nacional no campo da articulação regional de municípios e da cooperação federativa.

De fato, a partir de 2011 as ações do Consórcio são voltadas à definição de prioridades nos diversos campos de sua atuação, sempre de caráter multitemático. Assim, o biênio 2011/12 é marcado pela Agenda Metropolitana do Grande ABC, estabelecendo-se uma pauta estratégica junto ao governo federal e ao governo estadual, que resultaria na elaboração do Plano Regional de Mobilidade, e na discussão e aprovação do Plano Plurianual Regional Participativo, ao final de 2013.

Os primeiros exemplos dessa atuação já são visíveis, na captação de recursos para a execução de obras e projetos através do PAC Mobilidade, incluindo inéditos R\$ 31 milhões para o próprio Consórcio avançar no detalhamento das intervenções resultantes do Plano Regional de Mobilidade. Ou ainda na ampliação do caráter da gestão de riscos para uma visão voltada à redução de riscos urbanos e ambientais, incluindo a remoção de moradias em situação crítica, a atualização dos mapas de risco e elaboração das cartas geotécnicas e a elaboração de estudos visando contribuir com a mitigação de efeitos da mudança climática. No mesmo sentido, outras ações e diferentes planos regionais vêm sendo elaborados e colocados em marcha.

Aos 25 anos, o Consórcio avança para consolidar seu papel histórico na transformação e no desenvolvimento do Grande ABC.

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC - 2016

### Assembleia Geral de Prefeitos

**Luiz Marinho**

Presidente do Consórcio  
Prefeito de São Bernardo do Campo

**Lauro Michels**

Vice-presidente do Consórcio  
Prefeito de Diadema

**Carlos Grana**

Prefeito de Santo André

**Paulo Pinheiro**

Prefeito de São Caetano do Sul

**Donisete Braga**

Prefeito de Mauá

**Saulo Benevides**

Prefeito de Ribeirão Pires

**Gabriel Maranhão**

Prefeito de Rio Grande da Serra

Vice-prefeitos (a/s)

**Frank Aguiar** (São Bernardo do Campo)

**Silvana Guarnieri** (Diadema)

**Oswana Faneli** (Santo André)

**Lucia Dal'Mas** (São Caetano do Sul)

**Leonice Moura** (Ribeirão Pires)

**Marilza Silva** (Rio Grande da Serra)

**Secretaria Executiva da Presidência:**

Secretário Executivo: *Luis Paulo Bresciani*

Equipe: *Elisângela Silva da Costa, Roberta Romão Bueno Maia, Wanessa de Paula Isídio da Silva*

Chefe do Controle Interno: *Eliane Cirqueira da Silva*

**Diretoria de Programas e Projetos**

Diretor: *Hamilton Lacerda*

Equipe: *Daniel Giatti de Sousa, Giordano Bruno Pachelli, Jerônimo de Almeida Neto, Juliana Cavasini da Silva, Lívia Stefânia Rosseto, Maria Gracely Batista Marques, Maria Silvia Marin, Marta do Nascimento Lima, Renato Francisco Napoletano, Sandra Teixeira Malvese*

**Diretoria Administrativa/Financeira**

Diretor: *Carlos Eduardo Alves da Silva*

Equipe: *Alberto Gonçalves de Mello Junior, André Vítório Frigato, Aparecida Martins Moreira, Elaine Vicente Raia, Marcos Higuti, Mariana Silva Suniga*

**Diretoria Jurídica:**

Diretor: *Leandro Aguiar Piccino*

Equipe: *Ricardo Maciente Costa, Vanessa Cunha Mafra*

**Assessoria de Comunicação**

Assessora: *Odete Machado*

Equipe: *Rodolfo Cesar Lopes Albiero, Thais Barrada Fernandes Pereira*

### **Coordenadores dos Comitês de Programa – 2016**

Mobilidade Urbana: **Andrea Alves Azevedo Brisida** (São Bernardo do Campo)

Drenagem Urbana: **Flávio Souto Casarini Júnior** (São Bernardo do Campo)

Resíduos Sólidos: **Sebastião Ney Vaz Júnior** (Santo André)

Riscos Urbanos e Ambientais: **Débora Cristina Santos Diogo** (Santo André)

Habitação: **Tássia de Menezes Regino** (São Bernardo do Campo)

Segurança Urbana: **José Luis Martins Navarro** (Santo André)

Desenvolvimento Econômico e Turismo: **Ronaldo Tadeu de Paula** (Santo André)

Saúde: **Homero Nepomuceno Duarte** (Santo André)

Educação, Cultura e Lazer: **Diana Maria de Moraes** (Mauá)

Políticas Sociais e Afirmativas: **Silmara Aparecida Conchão** (Santo André)

## Coordenadores dos Grupos de Trabalho - 2016

- GT Banda Larga: **Aparecido Donizetti Costa** (Santo André)  
GT Defesa Civil: **Débora Cristina Santos Diogo** (Santo André)  
GT Mobilidade: **Andrea Alves Azevedo Brisida** (São Bernardo do Campo)  
GT Desenvolvimento Econômico: **Ronaldo Tadeu de Paula** (Santo André)  
GT Procon: **Angela Maria Galuzzi** (São Bernardo do Campo)  
GT Trabalho Renda e Economia Solidária: **Vilson Rodrigues da Costa** (Santo André)  
GT Turismo: **Fernando Bonisio** (São Bernardo do Campo)  
GT Meio Ambiente: **João Ricardo Guimarães Caetano** (São Bernardo do Campo)  
GT Planejamento Urbano: **Cláudia Virgínia Cabral de Souza** (São Bernardo do Campo)  
GT Segurança Pública: **José Luis Martins Navarro** (Santo André)  
GT Saúde: **Homero Nepomuceno Duarte** (Santo André)  
GT Educação: **Diana Maria de Moraes** (Mauá)  
GT Cultura: **José Haroldo de Souza** (Santo André)  
GT Esporte: **José Alexandre Pena Devesa** (São Bernardo do Campo)  
GT Assistência Social: **Márcia Barral** (São Bernardo do Campo)  
GT Criança Prioridade I: **Samara Kelly Xavier e Silva** (São Bernardo do Campo)  
GT Direitos Humanos: **Norma Isolda Cubillos Patino** (Mauá)  
GT Gênero: **Maria Socorro Pereira Miranda** (Mauá)  
GT Igualdade Racial: **Wellington da Silva Bento** (Santo André)  
GT Pessoa com Deficiência: **Maria de Fatima Augusto Actis** (São Bernardo do Campo)  
GT Juventude: **Dario do Camo Filho** (Diadema)

*Equipe Organizadora do Seminário PDR - ABC*

*Consórcio Intermunicipal Grande ABC*

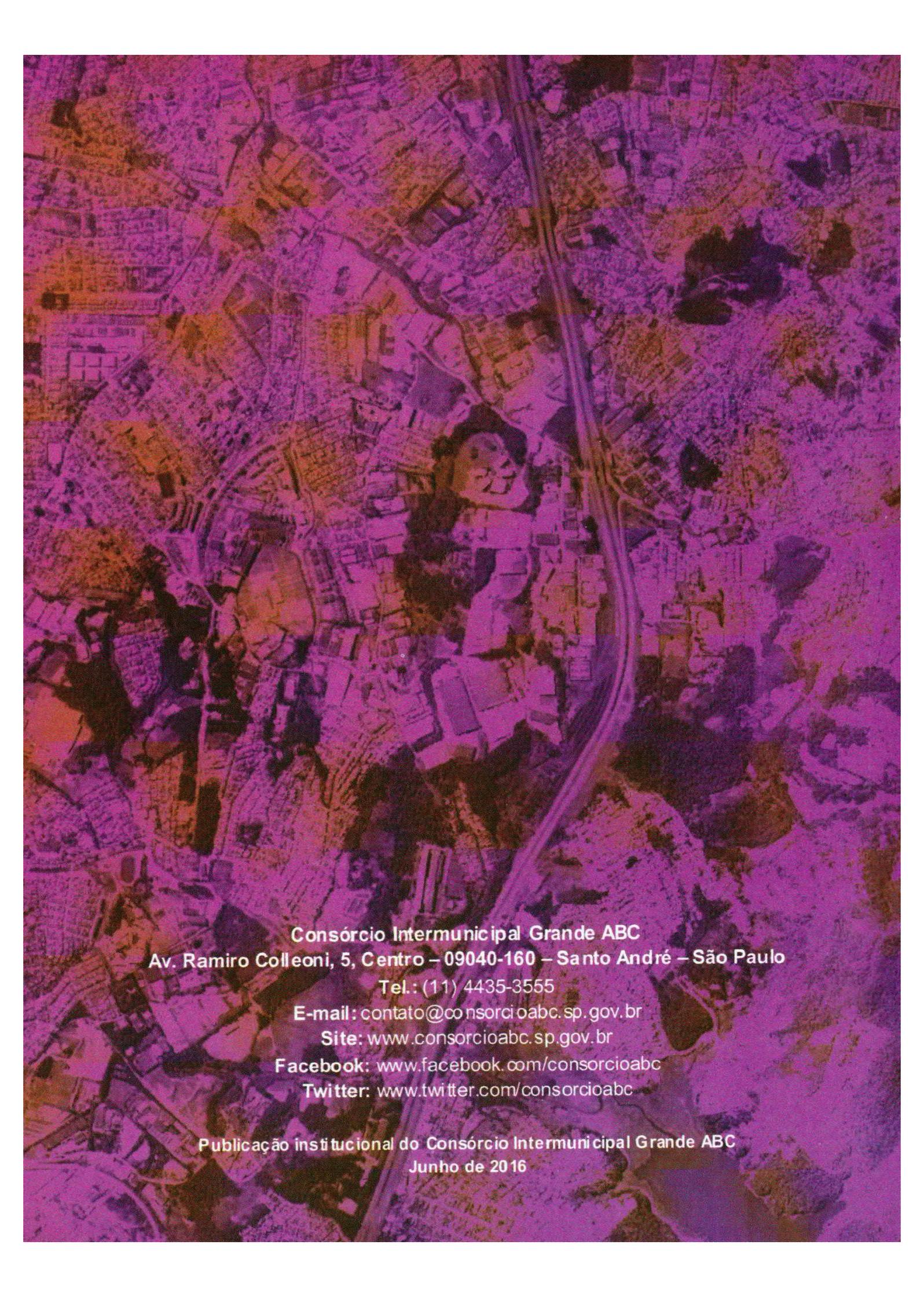
*Luis Paulo Bresciani  
Hamilton Lacerda  
Roberta R. Bueno Maia  
Wanessa de Paula Isídio da Silva  
Taís B. Fernandes Pereira*

*Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo*

*Nilza de Oliveira  
Teresa Santos  
João Ricardo Guimarães Caetano  
Vanessa Valente*

*Universidade Federal do Grande ABC*

*Jeroen Klink  
Tatiana Peixoto Gonçalves  
Matheus Nakamura  
Camila Brito  
Sabrina Nascimento Cordeiro  
Igor Santana  
Barbara Cristiane F. S.*



**Consórcio Intermunicipal Grande ABC**  
**Av. Ramiro Colleoni, 5, Centro – 09040-160 – Santo André – São Paulo**  
**Tel.: (11) 4435-3555**  
**E-mail: [contato@consorcioabc.sp.gov.br](mailto:contato@consorcioabc.sp.gov.br)**  
**Site: [www.consorcioabc.sp.gov.br](http://www.consorcioabc.sp.gov.br)**  
**Facebook: [www.facebook.com/consorcioabc](http://www.facebook.com/consorcioabc)**  
**Twitter: [www.twitter.com/consorcioabc](http://www.twitter.com/consorcioabc)**

**Publicação institucional do Consórcio Intermunicipal Grande ABC**  
**Junho de 2016**